Resultado da Agenda Legislativa

De 04/03/2024 até 15/03/2024

Senado Federal

05/03/2024 – terça-feira

14:00 **Sessão Plenária**

Local	Objetivo	Status
Plenário do Senado Federal	Sem objetivo declarado	Encerrada

Proposições em pauta

Ordem: **2**

SF PEC 17/2023 – (ESPECIAL)
Autor(a): **Alan Rick (UNIÃO/AC)**
Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental.
Despachos: **CCJ -> PLEN**

Relatório
Parecer nº 98, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra, favorável à proposta, com a Emenda nº 1.

Observações:
04/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável com ressalvas
Argumentação: A segurança alimentar é um desafio que envolve a produção, acesso e qualidade a alimentos. A produção agropecuária é fundamental na garantia da disponibilidade de alimentos. É importante que haja uma produção suficiente de alimentos para atender às necessidades da população. Isso envolve a produtividade agrícola e a diversificação da produção para garantir uma variedade de alimentos seguros e de qualidade. **Orienta-se pelo acolhimento parcial do novo texto proposto em emenda.**

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Transcorrida a segunda sessão de discussão da proposta, em primeiro turno. A matéria será incluída em pauta para a continuidade da discussão.

10:00 **3ª, Ordinária**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

Local	Objetivo	Status

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 Proposições em pauta	Sem objetivo declarado	Realizada

Ordem: **2**

SF PL 1874/2022 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Comissão de Meio Ambiente**
Institui a Política Nacional de Economia Circular e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para adequá-las à nova política.
Despachos: **CAE -> PLEN**

Relatório
Favorável à matéria, nos termos do substitutivo que apresenta, com o acolhimento das Emendas nºs 1 a 14; e 16 a 18.

Observações:
04/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Contrário
Argumentação: O substitutivo apresentado apresenta abrangência ampla, com impactos mais diretos no setor agropecuário em seu art. 19 e seguintes. Diante dessa situação, seria importante que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) também analisasse o projeto.

Resultado:
Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 19- CAE (Substitutivo).

Ordem: **4**

SF PLP 262/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Flavio Arns (PSB/PR)**
Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).
Despachos: **CAE -> CDR -> PLEN**
Atual Relator(a): Teresa Leitão (PT/PE)

Relatório
Contrário à Emenda nº 1-Plen.

Observações:
04/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável
Argumentação: Sabe-se que as cooperativas no Brasil são fonte sustentável de emprego e renda para as pessoas, carecendo de políticas públicas que respeitem esse modelo e sejam capazes de alavancar o crescimento desse importante setor, é necessário incluir na legislação as cooperativas como entes habilitados a receber incentivos por meio dos fundos regionais, o que tornará mais efetiva a utilização de tais recursos na promoção do desenvolvimento regional no Brasil.

Resultado:
Adiado para a próxima reunião.

10:00 **6ª, Extraordinária**

CE – Comissão de Educação e Cultura

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **3**

SF PL 1372/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Paulo Paim (PT/RS)**
Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.
Despachos: **CE -> CCJ -> CAS**
Atual Relator(a): Teresa Leitão (PT/PE)

Relatório
Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:
04/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Contrário
Argumentação: Entende-se por materia vencida visto a aprovação da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 e seus atos regulamentadores. O que se mostra necessário, é a efetiva implementação da isonomia salarial com fundamento nos próprios preceitos legais e constitucionais existentes antes da edição da Lei citada. O problema se encontra na aplicação da legislação, **e não em sua inexistência.**

Resultado:
Vista concedida após leitura do relatório.

Ordem: **5**

SF PL 6404/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Wellington Fagundes (PL/MT)**
Institui, em âmbito nacional, o mês de “Dezembro Verde”, dedicado às ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais.
Despachos: **CE**

Relatório
Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:
04/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável

Resultado:
Aprovado com emendas

06/03/2024 – quarta-feira

14:00	**Sessão Plenária**	
Local	Objetivo	Status
Plenário do Senado Federal	Sem objetivo declarado	Encerrada

Proposições em pauta

Ordem: **2**

SF PEC 17/2023 – (ESPECIAL)
Autor(a): **Alan Rick (UNIÃO/AC)**
Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental.
Despachos: **CCJ -> PLEN**

Relatório
Parecer nº 98, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra, favorável à proposta, com a Emenda nº 1.

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Encerrada a terceira sessão de discussão, em primeiro turno. A matéria será incluída em pauta para a continuidade da discussão.

Ordem: **1**

SF RQS 73/2024 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Wellington Fagundes (PL/MT)**
Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 50 anos da nomeação do ex-ministro Alysson Paolinelli.
Despachos: **PLEN**

Resultado:
[Deliberado] Resultado da matéria: Aprovado o requerimento. A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa, juntamente com a sessão objeto do Requerimento nº 78, de 2024, aprovado anteriormente.

Ordem: **3**

SF REQ 93/2024 CDIR – (DIVERSOS)
Autor(a): **Jaime Bagattoli (PL/RO)**
Requer licença para desempenhar missão oficial, a fim de participar da 89ª ExpoZebu, em Uberaba, Minas Gerais.
Despachos:

09:00 **4ª, Extraordinária**

CMA – Comissão de Meio Ambiente

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **2**

SF PL 4464/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)**
Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para consolidar o incentivo à emissão de debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes).
Despachos: **CMA -> CAE**
Atual Relator(a): Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatório
Pela aprovação

Observações:
04/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável
Argumentação: A Lei mencionada estipula que os rendimentos oriundos das debêntures incentivadas estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte, à alíquota zero, no caso das pessoas físicas, e à alíquota de 15% no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Diante do exposto, ter lei sólida e bem estruturada vai trazer mais segurança jurídica, o que é essencial para atrair mais investidores.

Resultado:
Retirado de pauta

Ordem: **3**

SF PL 1970/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Rogério Correia**
Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (Caryocar brasiliense) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado.
Despachos: **CMA -> CRA -> PLEN**
Atual Relator(a): Soraya Thronicke (PODE/MS)

Relatório
Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.970, de 2019, e rejeição da Emenda nº 1.

Resultado:
Aprovado o relatório

Ordem: **4**

SF REQ 4/2024 CMA – (DIVERSOS)
Autor(a): **Wellington Fagundes (PL/MT)**
Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2024 – CMA, com o objetivo de instruir o PL 5482, de 2020, que versa sobre o Estatuto do Pantanal, sejam incluídos os convidados que relaciona.
Despachos:

Relatório

Observações:
04/03/2024
Instruir o PL 5482, de 2020, que versa sobre **conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal**

Resultado:
Aprovado

Ordem: **6**

SF REQ 5/2024 CMA – (DIVERSOS)
Autor(a): **Beto Faro (PT/PA)**
Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os trabalhos de organização e sobre as expectativas políticas da realização da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) a se realizar na cidade de Belém, Pará no período de 10 a 21 de novembro de 2025, com os convidados que relaciona.
Despachos:

Relatório

Resultado:
Aprovado

09:00 **5ª, Extraordinária**

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9	Deliberação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública de dispensação de órteses, próteses e materiais especiais no âmbito do Sistema Único de Saúde, com ênfase nos itens voltados à atenção das pessoas com deficiência, no exercício de 2023, em cumprimento ao art. 96-B, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli Observações: – Fiscalização realizada em atendimento ao Requerimento nº 25, de 2023-CAS, de autoria do Senador Humberto Costa e da Senadora Mara Gabrilli, aprovado em 12/04/2023. – O Relatório será deliberado mediante votação simbólica.	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **8**

SF PL 10/2022 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Chico Rodrigues (PSB/RR)**
Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho.
Despachos: **CAE -> CAS**
Atual Relator(a): Paulo Paim (PT/RS)

Relatório
Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Resultado:
Adiado

10:00 **3ª, Ordinária**

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **1**

SF PL 596/2023 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)**
Concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado.
Despachos: **CCJ -> CAE**
Atual Relator(a): Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatório
Favorável ao Projeto.

Observações:
04/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável

Resultado:
Adiado

13:45 **2ª, Extraordinária**

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **1**

SF PL 699/2023 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Laércio (PP/SE)**
Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências.
Despachos: **CAE -> CRA**

Relatório
Pela aprovação do Projeto, da Emenda que apresenta e das Emendas 1-CAE e 2-CAE.

Resultado:
Aprovados, por unanimidade, o Projeto e as Emendas 1-CAE-CRA, 2-CAE-CRA e 3-CRA.

Ordem: **2**

SF REQ 3/2024 CRA – (DIVERSOS)
Autor(a): **Sergio Moro (UNIÃO/PR)**
Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as diretrizes e os procedimentos que estão sendo adotados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Ministério dos Povos Indígenas, em especial pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a respeito dos processos de demarcação de terras indígenas no país após a aprovação do marco temporal pelo Congresso Nacional no final de 2023. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Diretora de Proteção Territorial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas; • a Senhora Nina Paiva Almeida, Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas; • a Senhora Sheila Santana de Carvalho, Secretária de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; • o Senhor Heraldo Trento, Prefeito de Guaíra/PR; • o Senhor Klauss Dias Kuhnen, Procurador Jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP).
Despachos:

Relatório

Resultado:
Aprovado

14:15 **3ª, Extraordinária**

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9	Debater os desafios para o escoamento da safra brasileira nos próximos anos.	Realizada

Convidados

• **Nome**: Fabricio Galvão – **Cargo**: Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Representante do Ministério dos Transportes.
• **Nome**: Alber Furtado de Vasconcelos Neto – **Cargo**: Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
• **Nome**: Elisangela Pereira Lopes – **Cargo**: Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
• **Nome**: Ana Paula Gadotti – **Cargo**: Gerente Técnica da Associação de Terminais Portuários Privados – ATP

07/03/2024 – quinta-feira

11:00 **Sessão Plenária**

Local	Objetivo	Status
Plenário do Senado Federal	Sem objetivo declarado	Encerrada

12/03/2024 – terça-feira

10:00	**5ª, Ordinária**	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos		
Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19	Sem objetivo declarado	Realizada
Proposições em pauta		

Ordem: **3**

SF PLP 262/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Flavio Arns (PSB/PR)**
Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas possam ser beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).
Despachos: **CAE -> CDR -> PLEN**
Atual Relator(a): Teresa Leitão (PT/PE)

Relatório
Contrário à Emenda nº 1-PLEN.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável
Argumentação: Sabe-se que as cooperativas no Brasil são fonte sustentável de emprego e renda para as pessoas, carecendo de políticas públicas que respeitem esse modelo e sejam capazes de alavancar o crescimento desse importante setor, é necessário incluir na legislação as cooperativas como entes habilitados a receber incentivos por meio dos fundos regionais, o que tornará mais efetiva a utilização de tais recursos na promoção do desenvolvimento regional no Brasil.

Resultado:
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, contrário à Emenda nº 1-PLEN.

Ordem: **8**

SF PL 5008/2023 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Soraya Thronicke (PODE/MS)**
Dispõe sobre a produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propaganda dos cigarros eletrônicos, e dá outras providências.
Despachos: **CAE -> CTFC -> CAS**
Atual Relator(a): Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatório
Favorável à matéria, com uma emenda apresentada.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável
Argumentação: O mercado de cigarros eletrônicos no Brasil está 100% nas mãos da ilegalidade – não se conhece a composição desses produtos e nem há possibilidade de responsabilizar os seus fabricantes. Mais de 2,2 milhões de adultos já consomem o produto ilegal no país. A proibição não inibe o consumo, portanto orientamos pela regulamentação do uso.

Resultado:
Lido o relatório, é aprovado o requerimento nº 24/2024-CAE, para realização de audiência pública, ficando sobrestada a tramitação da matéria.

10:00 **7ª, Extraordinária**

CE – Comissão de Educação e Cultura

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **1**

SF PL 1372/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Paulo Paim (PT/RS)**
Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.
Despachos: **CE -> CCJ -> CAS**
Atual Relator(a): Teresa Leitão (PT/PE)

Relatório
Pela aprovação nos termos do substitutivo e contrário à Emenda n. 1.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Contrário
Argumentação: Entende-se por materia vencida visto a aprovação da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 e seus atos regulamentadores. O que se mostra necessário, é a efetiva implementação da isonomia salarial com fundamento nos próprios preceitos legais e constitucionais existentes antes da edição da Lei citada. O problema se encontra na aplicação da legislação, **e não em sua inexistência.**

Resultado:
Adiado

13/03/2024 – quarta-feira

09:00 6ª, Extraordinária

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **8**
SF PL 10/2022 - (ORDINARIA)
Autor(a): **Chico Rodrigues (PSB/RR)**
Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho.
Despachos: **CAE -> CAS**
Atual Relator(a): Paulo Paim (PT/RS)
Relatório
Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO: Favorável ao relatorio
Argumentação: Materia contemplada pela aprovação da Medida Provisória n° 1108, de 2022

Resultado:
Adiado

09:00 **5ª, Extraordinária**
CMA – Comissão de Meio Ambiente

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **1**

SF PL 1641/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Veneziano (MDB/PB)**
Altera a Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.
Despachos: **CMA**
Atual Relator(a): Jaime Bagattoli (PL/RO)
Relatório
Pela aprovação do PL 1641/2019 nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável ao relatorio

Resultado:
Aprovado o substitutivo

Ordem: **2**

SF PL 4363/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)**
Institui o Selo Nacional ASG, conferido as empresas que investem em ações e projetos de motivação ambiental, social e de governança.
Despachos: **CMA -> CAE**
Atual Relator(a): Otto Alencar (PSD/BA)
Relatório
Pela aprovação do Projeto de Lei 4363, de 2021, com as 6 emendas que apresenta.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Em analise

Resultado:
Adiado

Ordem: **4**

SF PL 2875/2022 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)**
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena de crimes contra a fauna.
Despachos: **CMA -> CCJ**
Relatório
Pela aprovação do Projeto de Lei 2.875, de 2022.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Contrário
Argumentação: o comandos das leis ambientais já estão claros e devidamente penalizados. O que necessita ser aprimorado e efetivamente viabilizado é a fiscalização. Se as condutas criminosas persistem atualmente, isso não ocorre por falta de proibição ou ineficiência das penalidades existentes, **mas sim pela ausência de controle efetivo e aplicação das penalidades já previstas pelas autoridades responsáveis**. O aumento das penas para crimes já previstos não garante o cumprimento da lei e, portanto, não tornará a legislação mais eficaz. A proteção ambiental é melhor alcançada através de uma fiscalização abrangente e da aplicação firme das normas ambientais já previstas

Resultado:
Aprovado o relatório

Ordem: **5**

SF PL 4199/2023 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Jorge Kajuru (PSB/GO)**
Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para estabelecer prioridade de outorga a usuários que implementem planos de redução de perdas de água, monitorem e reportem seus resultados.
Despachos: **CMA**
Atual Relator(a): Otto Alencar (PSD/BA)
Relatório
Pela aprovação do Projeto de Lei 4199, de 2023.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Em analise

Resultado:
Adiado

Ordem: **6**

SF REQ 8/2024 CMA – (DIVERSOS)
Autor(a): **Tereza Cristina (PP/MS)**
Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2024 – CMA, com o objetivo de instruir o PL 2088/2023, que "acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro", seja incluído o convidado que apresenta.
Despachos:
Relatório

Resultado:
Aprovado

10:00 **4ª, Ordinária**

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3	Sem objetivo declarado	Realizada

Proposições em pauta

Ordem: **3**

SF PL 3334/2023 - (ORDINARIA)
Autor(a): **Jaime Bagattoli (PL/RO)**
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para permitir a redução da Reserva Legal em áreas de florestas da Amazônia Legal, para todos os efeitos, nos municípios com mais 50% do seu território ocupado por áreas protegidas de domínio público.
Despachos: **CCJ -> CMA**
Atual Relator(a): Márcio Bittar (UNIÃO/AC)

Relatório
Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário à Emenda nº 1-T.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Favorável
Argumentação: Os municípios afetados em mais de 50% de seu território por UC de domínio público e Terras Indígenas devem ser beneficiados com a redução da Reserva Legal, não apenas para fins de recomposição, pois já contribuem expressivamente com a conservação ambiental e sofrem em demasia com as restrições de ordem econômica que essa contribuição impõe. Deseja-se incentivar o desenvolvimento dos municípios amazônicos alcançando a almejada sustentabilidade em seu tripé fundamental – ambiental, econômico e social.

Resultado:
Adiado

Ordem: **4**

SF PLC 29/2017 - (ORDINARIA)
Autor(a): **José Eduardo Cardozo**
Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.
Despachos: **CCJ -> CAE -> PLEN**
Atual Relator(a): Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatório
Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 7.

Observações:
11/03/2024
ORIENTAÇÃO FPA: Em analise

Resultado:
Vista coletiva concedida, nos termos regimentais.

11:00 **1ª, Reunião de Subcomissão**

CMABIOPAN – Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal.

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Instalação dos trabalhos e eleição dos cargos de direção.	Aberta

12:00 **1ª, Reunião de Subcomissão**

CMAATIVOS – Subcomissão Temporária para discutir e analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15	Instalação dos trabalhos e eleição dos cargos de direção.	Realizada

14:00 **4ª, Extraordinária**

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7	Discutir as diretrizes e os procedimentos que estão sendo adotados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelo Ministério dos Povos Indígenas, em especial pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a respeito dos processos de demarcação de terras indígenas no país após a aprovação do marco temporal pelo Congresso Nacional no final de 2023.	Realizada

Convidados

• **Nome**: Pedro Henrique Viana Martinez – **Cargo**: Diretor de Promoção de Acesso à Justiça da Secretária de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública
• **Nome**: Maria Janete Albuquerque de Carvalho – **Cargo**: Diretora de Proteção Territorial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai
• **Nome**: Nina Paiva Almeida – **Cargo**: Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai
• **Nome**: Heraldo Trento – **Cargo**: Prefeito do Município de Guaíra/PR
• **Nome**: Klauss Dias Kuhnen – **Cargo**: Procurador Jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP
• **Nome**: Matheus Antunes de Oliveira – **Cargo**: Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai.

14/03/2024 – quinta-feira

10:00 **2ª, Ordinária**

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Local	Objetivo	Status
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7	Ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art. 103, § 2º do RISF.	Aberta

Convidados

• **Nome**: Mauro Vieira – **Cargo**: Ministro de Estado das Relações Exteriores

15/03/2024 – sexta-feira

14:00 **Sessão Plenária**

Local	Objetivo	Status
Plenário do Senado Federal	Comemorar os 50 anos da nomeação do ex-ministro Alysson Paolinelli.	Agendada

Proposições em pauta

Ordem: **0**

SF RQS 73/2024 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Wellington Fagundes (PL/MT)**
Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 50 anos da nomeação do ex-ministro Alysson Paolinelli.
Despachos: **PLEN**